

As cartas do Bispo de Beja: livros e sociabilidade em Portugal do século XVIII.

Jamaira Jurich Pillati (UEPG)

No século XVIII, a organização de bibliotecas, Academias de “Sciencias”, música e literatura, foi um fenômeno cultural comum aos reinos europeus afoitos por ostentar o legado e as práticas de cultura de suas majestades e sua corte. Dessa forma, para que estas instituições fossem alimentadas e levassem a grandiosidade cultural que os anos das luzes pediam a um reino, assim como o desenvolvimento da técnica das diferentes áreas, promovendo o crescimento científico pelo bem de um já buscado crescimento econômico, era necessário que as doações fossem constantes.

Não ficando esta prática reclusa à realeza, reforçou-se a importante figura – que já havia sido de suma importância para o desenvolvimento do Renascimento – do mecenas, financiador e defensor do desenvolvimento cultural da época. Em um momento em que o Iluminismo deu margem às grandes obras, sejam de manifestação de ideais políticos ou das Ciências Naturais, o desejo era que os reinos – e até suas colônias, como no caso de Portugal – fossem permeados pela razão e a técnica, desde que não ultrapassassem o limite dos domínios políticos de seus monarcas, como no claro exemplo português.

A pesquisa da qual se trata este artigo, refere-se à figura de um importante personagem do crescimento cultural e institucional de Portugal do século XVIII, Manuel do Cenáculo, o Bispo de Beja. Entre 1796 e 1797, Manuel do Cenáculo manteve correspondência com o desembargador Antonio Ribeiro dos Santos, Bibliotecário Mor da Real Biblioteca de Lisboa, e outras figuras diplomáticas importantes do Império, como Rodrigo de Souza Coutinho. Algumas correspondências recebidas e enviadas estão transcritas em documento, também em brochura, intitulado *Cartas Avulsas do Ex.mo R.mo Senhor Bispo de Beja e a Correspondencia incompleta com o Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos sobre os livros, e a raridade que o Exmo Prelado oferecido á Real Biblioteca de*

Lisboa e outros papéis adquiridos por Fr. Vicente Salgado Ex Geral e chronista da congregação da Terceira Ordem de Portugal. Essa coletânea, digitalizada, é composta de 93 páginas, agrega 25 cartas, 3 em latim e 22 em português; 12 textos, sendo 6 em latim e 2 em português e 3 epígrafes, 2 latim e 1 português. O documento pode ser encontrado, em seu original, nos arquivos da atual Academia das Ciências de Lisboa, e que foi, para facilitação da pesquisa, digitalizado e transcrito. O principal interesse deste artigo é registrar as relações estabelecidas entre estes pensadores e seus discursos a respeito dos livros e das bibliotecas do Império. O trabalho parte de uma abordagem quanto à história do livro e das instituições para enriquecer e melhor compreender uma história do livro e da leitura na Portugal de setecentos, e suas peculiaridades.

Manuel do Cenáculo e Antonio Ribeiro dos Santos

Manuel do Cenáculo Villas Boas Anes de Carvalho, nasceu em Lisboa em 1724, Foi Bispo no distrito de Beja, e mais tarde, Arcebispo de Évora, ambas localidades ao sul de Portugal. Nascido em Lisboa e de origem humilde, ingressou ainda jovem na Terceira Ordem de São Francisco. Coursou humanidades e teologia em Coimbra, onde doutorou-se em 1749, tomando, pouco mais tarde, uma cadeira de regência.

Como erudito de seu tempo exerceu:

com um enciclopedismo tão ao gosto do seu século, as mais variadas actividades como historiador, político, eclesiástico, reformador, pedagogo e filósofo, distinguindo-se como humanista, arqueólogo e bibliófilo, cultivando a Numismática, a Exegese, a Hermenêutica e a Liturgia. (CAEIRO, 1999, p. 367)

A intelectualidade de Cenáculo, despertou o interesse do ministro do rei D. José I, o conhecido, Marquês de Pombal. Entre as conhecidas intervenções e reformas de Pombal, está a Real Mesa Censória portuguesa. Conhecedor e admirador do iluminismo, o marques conhecia o poder e os “perigos” que as leituras e os livros podem exercer, desta forma, aliando sua clara vontade de fortalecimento do estado absoluto e diminuição do poderio da Igreja, Real Mesa passou a funcionar como órgão regulamentador de livros e escritos.

Esta instituição deteria, a partir de então, os direitos de censura que antes estavam dispersos por três autoridades diferentes: a Coroa (através do Desembargo do Paço), os bispos e a Inquisição. Ficavam a perder, portanto, a Inquisição e os bispos. A primeira, presidida agora por um irmão de Pombal, não tinha muita margem de manobra. Perdera, também, entretanto, o direito de executar a pena de morte. Perdera principalmente uma de suas grandes razões de viver quando Pombal – perdão, Dom José I – decidiu abolir a distinção entre cristãos – novos e cristãos – velhos.(TAVARES, 2005, p. 136)

As políticas do marquês causaram divergências, que logo foram combatidas com punições graves aqueles que se mostravam seus inimigos. Desta forma, o corpo de censores foi todo renovado com aqueles que estavam do seu lado, dentre eles, D. Frei Manuel do Cenáculo, nomeado deputado da Real Mesa Censória em 1768, pouco tempo depois, 1770, nomeado Bispo de Beja.

Como intelectual de sua época, era grande comprador de livros, e reuniu diversos tomos em sua biblioteca. O exercício de censor só fez com que aumentasse seu contato com todos os tipos de obras, que seriam proibidas ou não, aumentando não só suas listagens como seus interesses em diversas áreas da erudição.¹

Cenáculo mantinha uma preocupação primordial com a educação e não foi só fundador de várias bibliotecas públicas, em Beja e em Évora, como também fez doações importantes a outras tantas (COUTO; DOMINGOS, 2006), assim como manteve correspondência e troca de obras com diversas figuras da época. A doação como estímulo à erudição era prática comum entre intelectuais da época, seguindo a tradição da propagação das ideias, vinda do iluminismo.²

Entre os diálogos mantidos por Cenáculo, podemos encontrar correspondências, a respeito de um donativo, com o desembargador e bibliotecário mor Antonio Ribeiro dos Santos. Nascido em Massarelos, Porto, em 1745, estudou humanidades no Brasil e direito na Universidade de Coimbra, onde se doutorou e exerceu magistério entre 1779 e 1795. Importante personagem de Portugal das Luzes, foi membro da Academia de Ciências de Lisboa e censor régio.

Antonio Ribeiro organizou a biblioteca da Universidade de Coimbra, em plena reforma pombalina, redigiu documentos a respeito de estabelecer parâmetros para

bibliotecas, como criação de catálogos, atualização de coleções e regimento interno, ainda, defendeu sua maior abertura ao público. Em 1796 foi nomeado a dirigir a Real Biblioteca Pública da Corte, sob o reinado de Maria I. Sua troca de correspondência com D.Frei Manuel do Cenaculo, diz respeito a uma doação para a respectiva biblioteca.

O recorte de espaço da pesquisa se concentra no Império Português, visto a impossibilidade de dissociar Portugal de suas colônias, que estarão sob as mesmas medidas políticas da metrópole. É importante que se deixe claro essa delimitação, lembrando-se das diferentes significações dos domínios do Império Português, sendo região resultado de processos históricos e sociais dinâmicos,

e que é nesse quadro que devemos enquadrar a experiência individual dos actores do passado, que se processava em diferentes contextos e territórios sociais, dando origem a representações do mundo que não coincidem necessariamente com as dos actores e dos cientistas sociais da nossa contemporaneidade. (DAMIÃO, 2008, p.8)

Estas considerações são essências para que se evitem anacronismos a respeito do que representava o Império Português para esses intelectuais no século XVIII.

Como na maioria das cartas, esses dois homens de letras se correspondiam em torno de um interesse em comum, sua bibliofilia. Cenáculo, conhecido como um bom comprador pelos mercadores de livros, tinha em interesse em contribuir com a biblioteca que vinha sendo formada por Ribeiro, assim como seu acesso a obras.

Além disso, Cenáculo se via fortemente engajado no projeto de uma nova pedagogia que fizesse diálogo com os ideais de ensino científico e das Luzes, necessários de reforma após o afastamento dos jesuítas. Para isso, encarregava-se, não só de escritos, mas da indicação de manuais e obras que deveriam constar nas bibliotecas do reino. (VAZ, 2009.)

Em carta de 14 de outubro de 1796, Cenáculo demonstra a importância dada a Biblioteca Real:

Exmo e Reverendíssimo Senhor a Real Bibliotheca que Sua Magestade foi servida erigir nesta Cor-te para bem da Literatura Nacional, tem de franquear com brevidade ao público as preciosas coleções de livros com que Vossa Excelência preparou, e enriqueceu nos ditos dias de seu governo Literário; e achando-me eu encarregado por Alta Mercê de sua Magestade

de a reger, e dirigir julguei ser de meu ofício, e da primeira obrigação daquela casa participar a Vossa Excelência.(ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, p. 7)

As cartas mostram nos tratamentos usados entre os dois homens de letras quanto ao papel que acreditavam desempenhar junto as reformas político-educacionais no estado português. Suas obrigações junto a formação dos espaços de erudição e, de grande importância, públicos.

distinto Zelador da Pátria estimará mais que Vossa Excelência a execução deste ilustre Estabelecimento tão útil à nação, e que foi tanto em [?] mento dos homens, pelo expediente Santíssimo de huma Bibliotheca Pública, que neste século, a face das Nações heroicamente Letradas pedia pejo e coragem de Alto Poder, e copioso de riqueza pecuniária, e doutrinal. Portanto encherá Vossa Senhoria esta Casa da Sabedoria de brilhantíssimos decoros; e de tudo quanto sem limite a pode ennobrecer. (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, p. 10)

É importante ressaltar que falamos de homens de ordens religiosas. Para esses letrados iluministas católicos o conhecimento e religião não eram contrários e sim, deveriam ser combinados para a formação de uma nação próspera. Segundo Vaz (2009), a intenção de Cenáculo:

(...) baseia-se na instrução: instruir os padres de modo a construir uma elite culta e interventiva, porque os povos precisam de bons pastores, conhecedores da religião e da teologia, mas também instruídos na física, medicina, mecânica e agricultura, para deste modo serem capazes de curar os doentes e de ajudar e incentivar os camponeses a praticarem uma nova agricultura. Para o povo a instrução foi para ele sinónimo de catecismo, o melhor antídoto contra os vícios e contra a superstição e meio para obter a aplicação no trabalho, não esperando soluções milagrosas, mas levando o homem a compenetrar-se de que deve tomar a "natureza propícia". (VAZ, 2009, p.14)

Através destas intenções de erudição, a troca de correspondências estabeleceu contato de tal forma que o tratamento que é utilizado entre estes pensadores, demonstra não apenas sua forte relação com o mundo dos livros e das bibliotecas, mas as relações sociais eu estabelecem neste círculo de homens de letras:

Ilustríssimo Senhor Meu Bemquerido amigo, e meu Senhor. Chega o correio na hora de partir, e ainda que por isso precipite palavras, o princípio de que elas nascem he a coisa mais assentada que tenho: he o amor que as forma, e a obrigação que Vossa Senhoria me constitui. Por tudo posso, e devo assegurar a Vossa Senhoria que rendo infinitas graças a Deus pela aquisição de hum amigo, e honrador tal como Vossa Senhoria. Quando Nosso Senhor permitir que eu pelas dependências desta igreja, ´paradas por vinte e sete anos chegue a essa Corte, terei todo o desafogo de coração na sua amável e [?] judiciosa [?] presença, porque eu sou ingênuo, e vejo que devo deixar-me arrebatado pelo excelente entendimento de Vossa Senhoria, e não sei por que é semelhanças que nos prendem os corações. (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, p.12-13)

Nesse projeto de erudição, homens como Cenáculo, Antonio Ribeiro e outros, estabeleceram relações de troca de ideias, textos, livros, moedas, raridades, e tudo mais que pudesse enriquecer os espaços de conhecimento, as bibliotecas de Academias, Universidades e outras tantas, como a Real Biblioteca. Em um tempo de mudanças e reformas políticas, pedagógicas, a participação destes letrados era ativa e participativa, principalmente em seus espaços de conhecimento.

Referências Bibliográficas

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. ***Cartas Avulsas do Ex.^{mo} R.^{mo} Senhor Bispo de Beja e a Correspondencia incompleta com o Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos sobre os livros, e a raridade que o Ex.^{mo} Prelado oferecido á Real Biblioteca de Lisboa e outros papéis adquiridos por Fr. Vicente Salgado Ex Geral e chronista da congregação da Terceira Ordem de Portugal.*** 1796-1797. 88 páginas.

CAEIRO, Francisco da Gama. “A obra do Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo à luz da cultura portuguesa”. In: **Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora.** Évora: Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, 1999. Vol. 2, p. 367 – 373. (Retomada em *Dispersos*. Vol. 1, p. 527 – 534.

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História:** Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto alegre: Artmed Editora, 2001.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In. HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992; p. 211-238.

DARTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1992. P. 199 – 236.

COUTO, Jorge(apresent.); DOMINGOS, Manuela D.(orgs.). 2ªed. Lisboa: BN, 2006. **Frei Manuel do Cenáculo e a biblioteca Pública: o mecenas**. Página 11-23.

CURTO, Diego Ramada. **Cultura escrita: séculos XV a XVIII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8299.pdf> Acessado em: 23/03/2011.

RODRIGUES, José Damião. Um arquipélago de geometria variável: representações dos Açores no período moderno (séculos XVI-XVIII). **Revista de História Regional** 13(1) 7-22: Verão, 2008.

TAVARES, Rui. **O pequeno livro do Grande Terramoto: ensaio sobre 1755**. Lisboa: Tinta da China, 2005. Página 136.

^{1 1} “Como conseguiu Cenáculo reunir tantos livros? Em primeiro lugar, como Presidente da Real Mesa Censória, participou activamente na transferência dos fundos bibliográficos das Casas dos Jesuítas para a biblioteca da Mesa. A sua participação está comprovada na historiografia e mesmo no testemunho dos contemporâneos, que registam a decisão de recolher na Mesa Censória os livros das antigas livrarias das Casas da Companhia de Jesus. Por exemplo, os livros que se encontravam na Universidade de Évora, Colégio do Espírito Santo, como testemunha Bento Farinha, foram inventariados e enviados para a Mesa em 1775. Com estes fundos não é de admirar como se aponta no decreto de D. José I de 2 de Outubro de 1775, que a Biblioteca da Mesa Censória tivesse 60.000 volumes.

Outros meios importantes foram a compra de exemplares e a oferta de milhares de obras. Na verdade encontramos na correspondência referência a diversas obras mencionadas neste catálogo. Os livros são uma constante na correspondência que lhe é dirigida, até porque alguns dos correspondentes são livreiros ou seus agentes, que lhe apresentam as suas ofertas. Mas além desses, poucos são os que não falam de livros.”

(VAZ, Francisco Antonio Lourenço. **A Fundação da Biblioteca Pública de Évora**. Disponível em : http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/FVaz.pdf. Acessado em: 10/05/2011)

¹ PORTUGAL, Biblioteca Nacional. **Casa dos Livros de Beja: doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte**. COUTO, Jorge(apresent.); DOMINGOS, Manuela D.(orgs.). 2ªed. Lisboa: BN, 2006. *Frei Manuel do Cenáculo e a biblioteca Pública: o mecenas*. Página 11-23.

² “Pois cabe mencionar que no século XVIII a ideia da propriedade literária vai contra todo um discurso do Iluminismo que recusa a apropriação privada das ideias. Toda a ideologia iluminista,

segundo Condorcet ou Sieyes por exemplo, consiste em afirmar que não se pode estabelecer uma propriedade literária, porque as idéias devem ser compartilhadas para o progresso da humanidade, e não há uma razão para que um indivíduo particular seja o proprietário de uma obra em que haja idéias úteis para todos. “

(CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto alegre: Artmed Editora, 2001. p. 53)